

Salvação e julgamento

“Alguns membros de nossa igreja se reúnem regularmente para considerar temas bíblicos. Surgiram estas dúvidas quanto ao relacionamento entre salvação e juízo final: Para onde vão nossos pecados perdoados? Ficam no santuário celestial até o término do juízo investigativo? Vão desaparecendo à medida que cada caso é examinado? É o Céu um lugar apropriado para a presença e permanência de pecados? Como entender tudo isso à luz da tipologia do santuário? Que referências bíblicas e do Espírito de Profecia poderiam nos orientar na compreensão do assunto? Qual o segredo para sermos aprovados no juízo?” – M.C.M.

Nos termos de Miquéias 7:19, nossos pecados perdoados são pisados por Deus e atirados nas profundezas do mar. Ezequias também disse: lançaste para trás de Ti todos os meus pecados (Isa. 38:17). Isso é possível devido à expiação executada por Jesus. Temos aqui, naturalmente, uma linguagem figurada significando que Deus não os considera mais contra nós. Isso ocorre em nível soteriológico atual, isto é, somos perdoados no momento do arrependimento e confissão sinceros (I João 1:9). Para todos os efeitos, o pecador perdoado (equivale a justificado) é salvo no momento do perdão. Exemplo: ao ladrão arrependido foi assegurado, na hora de morrer, que estaria no paraíso (Luc. 23:43).

Não podemos esquecer, todavia, que a salvação de que fala a Bíblia ocorre normalmente em três lances distintos (digo normalmente porque há circunstâncias que podem originar uma exceção, como no caso acima): (1) agora, (2) no transcurso da vida, e (3) no porvir. Isso equivale a: estamos salvos (justificação), vamos sendo salvos (santificação) e seremos salvos (glorificação). Pelo plano divino, a salvação se acha presente em cada um desses lances; exemplo: o cristão autêntico que morre durante o processo de santificação, está salvo. Para o ladrão na cruz, só houve o primeiro lance, já que ele não teve oportunidade de desfrutar o segundo, e o terceiro ainda ocorrerá.

O seremos salvos implica o nível soteriológico/escatológico, precisamente onde se situa o juízo final (cuja primeira parte chamamos de investigativo). A Bíblia fala de livros que se abrem no juízo (Dan. 7:10; Apoc. 20:12 e 15). Estes são livros de registro, já que os mesmos são examinados. A idéia é que nossas más e boas ações se acham registradas, pois nos é dito que todos foram julgados, segundo as suas obras, *conforme o que se achava escrito nos livros* (Apoc. 20:12, ênfase suprida). Notemos que não é propriamente o pecado que se acha no santuário celestial (de fato, não há lugar para o pecado no Céu), mas o registro deles. Este será finalmente deletado por Jesus, em Sua obra de Juiz.

Há aqui um ponto de distinção e ao mesmo tempo de identificação entre soteriologia atual e soteriologia escatológica: Deus nos perdoa o pecado agora quando nos arrependemos e confessamos, valendo-nos, pela fé, do sacrifício de Jesus. Somos, então, salvos agora, e a maior evidência disso é a nova vida que vivemos daí por diante; passamos a ser nova criação (II Cor. 5:17; determinado número de versões registra nova criatura nesse texto, mas o original grego

permite a tradução nova criação), precisamente o que a Terra será após a consumação escatológica. É o já e o não ainda muito bem dosados na mensagem salvífica do Novo Testamento.

No juízo, o registro dos pecados é deletado conforme somos julgados, o que evidencia que permanecemos firmes na fé. Daí a pergunta: Deus precisa me julgar para saber que permaneço fiel? É claro que não, da mesma forma que Ele não precisava testar Abraão, quanto à sua fidelidade, pedindo-lhe o sacrifício de Isaac; mas o Universo precisa saber que não haverá nenhum risco se José Carlos Ramos se tornar um morador da Nova Terra. Através do julgamento, Deus supre esta evidência a todos os seres morais que não pecaram.

O segredo de ser aprovado no juízo é *perseverança na fé*. A perseverança resulta na salvação futura e definitiva: quem perseverar até o fim, esse será salvo (Mat. 24:13; ênfase suprida). Segundo Paulo, somos (presente do indicativo) justificados (perdoados, absolvidos, salvos) no instante em que cremos em Jesus (Rom 3:28, entre outros textos). Mas esse instante precisa perdurar até o último alento, ou até sermos julgados. Aí então estaremos salvos para sempre. É por isso que o mesmo Paulo, que sustenta a justificação presente, chama também a atenção para a justificação futura: os que praticam a lei hão de ser justificados (Rom. 2:13, sem esquecer que a única maneira de Deus nos ver como praticantes da lei é estarmos cobertos com a justiça de Cristo, o único que guardou a lei). E note que a expressão hão de ser justificados é colocada no contexto do juízo: ... no dia em que Deus, por meio de Cristo Jesus, julgar... (v. 16).

Assim, eu diria que esses registros, usando a terminologia de uma das perguntas, vão desaparecendo à medida que cada caso é examinado, naturalmente desde que a pessoa em juízo esteja num relacionamento correto de fé com Deus. Esse fato pode ser entendido à luz da tipologia do santuário, observando-se que o ministério sacerdotal se dividia em dois significativos lances, conhecidos como o diário (ou contínuo) e o anual. O primeiro tinha que ver com a necessidade presente do perdão, enquanto o segundo, com a necessidade definitiva do mesmo. (Não há espaço para se fazer aqui uma análise desse duplo ministério, mas um levantamento do mesmo pelo grupo de estudo referido na pergunta, será compensador para a compreensão do assunto. Para tal, recomendo uma recapitulação das recentes lições da Escola Sabatina sobre Hebreus).

Algumas referências bíblicas foram dadas acima; quanto às do Espírito de Profecia, uma das melhores que conheço aparece no manual de escatologia bíblica de Ellen G. White, o livro *O Grande Conflito*. Veja especialmente as páginas 420 e 421, mais os capítulos 24 Quando Começa o Julgamento Divino, e 28 O Grande Juízo de Investigação.

José Carlos Ramos, diretor do programa de pós-graduação do SALT, Unasp – Campus 2, Engenheiro Coelho, SP. 